COMUNICADO

04

08/2020

Covid-19: acesso à informação pública

A pesquisa "Covid-19: acesso à informação pública" é desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) UFRJ-IBICT.

Coordenação

Ana Maria Barcellos Malin (PPGCI/UFRJ-IBICT)

Equipe de discentes e egressos do PPGCI/UFRJ-IBICT

Bianca Lopes
Diogo Moreira
Josir Gomes
Lívia Machado
Marcia Quintslr
Thiara Alves

Assessoria de Metodologia Estatística

Marcus Vinicius Morais Fernandes

A pesquisa monitora pedidos de informação sobre políticas e procedimentos relacionados ao novo coronavírus dirigidos ao governo federal e suas respostas, por meio da Lei de Acesso à Informação.

Panorama geral da LAI (junho/2020) P.2

Categorias mais demandadas P.3

Covid-19: pedidos de acesso P.4

Órgãos mais demandados P.8

Análise das respostas aos pedidos de informação P.8

Cruzamento entre categorias de perguntas e tipos de respostas P.9

Conclusões P.11

Nota explicativa P.12

Quem somos P.13

LAI na pandemia: somente 16% dos pedidos de informação sobre o novo coronavírus com acesso concedido em junho

Este Comunicado fecha uma sequência de análise dos pedidos de informação sobre o novo coronavírus feitos ao governo federal via Lei de Acesso à Informação (LAI – Lei nº 12.527/2011) no primeiro semestre de 2020.

Além das informações relativas a junho, são apresentados dados dos meses anteriores, que permitem notar como o tom dos pedidos e o tipo de resposta dado mudaram ao longo do tempo.

O Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) consolidou-se como canal de comunicação entre cidadãos e governo, mas as respostas dadas aos pedidos relativos à Covid-19 tiveram um comportamento diferente das demais: nos últimos meses da série, quase 80% das solicitações foram encaminhadas para o Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-Ouv) ou enquadradas como "Não se trata de solicitação de informação". Nos pedidos gerais, esse número não chegou a 40%. Além disso, o mesmo tipo de pedido ora é encaminhado para a Ouvidoria, ora não é considerado pedido de informação.

Seja por rigor em relação a processos, por desarticulação informacional, por orientação específica do Ministério da Cidadania, por tentativa deliberada de enfraquecimento da LAI ou por qualquer outro motivo, este comportamento fez com que os cidadãos não obtivessem tempestivamente as informações que buscavam. Em junho, somente 16% dos pedidos sobre o novo coronavírus foram efetivamente respondidos.

Para acompanhar todos os Comunicados da pesquisa, acesse o Observatório de Gestão Pública da Informação.

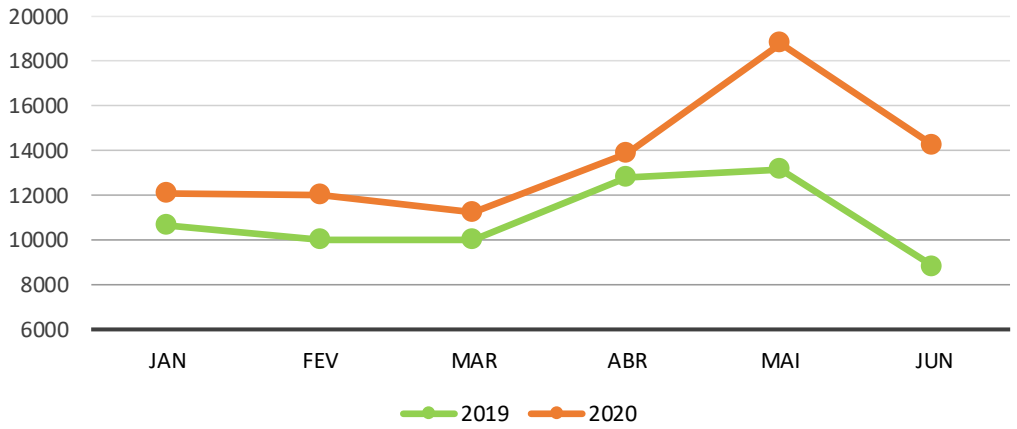
Panorama geral da LAI (junho/2020)

Crescimento consistente ao longo do semestre e pico de pedidos em maio

Em todos os seis primeiros meses de 2020, foi observado um aumento no número de pedidos recebidos pelo governo federal via Lei de Acesso à Informação em comparação com o mesmo período do ano anterior. O incremento não é uma exclusividade deste ano atípico, caracterizado pela pandemia de Covid-19. Como mostramos anteriormente na pesquisa, o total de pedidos feitos pela sociedade brasileira tem aumentado ano a ano, desde que essa lei entrou em vigor.

No entanto, é importante destacar que nos meses de maio e junho de 2020, o crescimento em relação ao ano anterior ficou muito acima do que se observa na série histórica. Entre maio de 2019 e maio de 2020 o aumento foi de 43% e entre junho de 2019 e junho de 2020 o incremento foi de 61%. Assim, a queda observada em junho de 2020 em relação a maio do mesmo ano precisa ser relativizada, considerando que em maio houve um pico de 18.782 solicitações.

Pedidos feitos ao Governo Federal (LAI)



Fonte: Autoria própria (2020).

Na tabela a seguir, é possível comparar o tipo de resposta dado aos pedidos em cada período observado pela pesquisa. Todos os dados foram extraídos no dia 1º do mês subsequente ao analisado, conforme detalhes na nota explicativa 1.

Comparativo de dados gerais da LAI no 1º semestre de 2020

Descrição	2020			
	Janeiro-março	Abril	Maio	Junho
Quantidade de pedidos	**35.307**	**13.892**	**18.782**	**17.145**
Respondidos	**33.874**	**8.873**	**11.898**	**10.268**
Acesso concedido	65%	46%	41%	44%
Acesso negado	7%	6%	5%	6%
Encaminhamento para o e-Ouv	8%	18%	29%	22%
Não se trata de solicitação de informação	6%	18%	15%	17%
Outros tipos de resposta	14%	12%	10%	11%

Fonte: Autoria própria (2020).

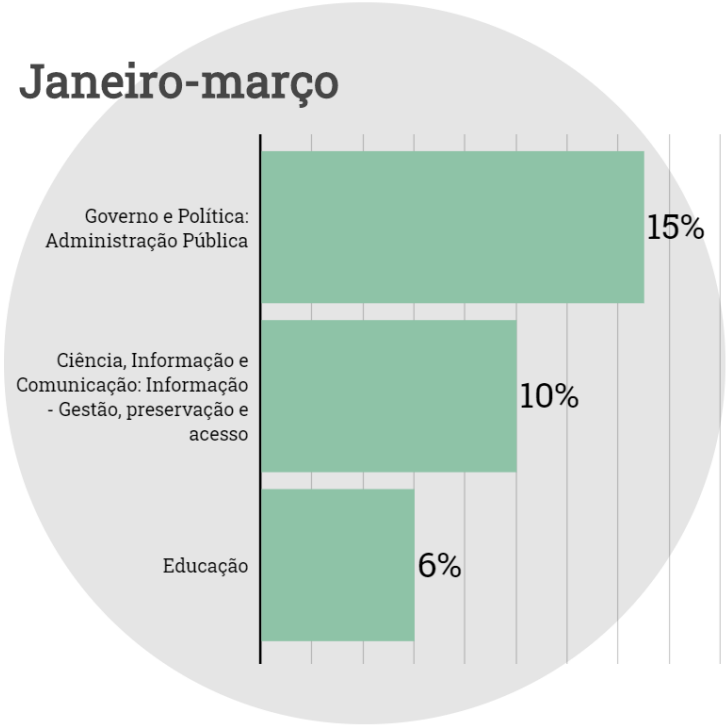
Vê-se que, enquanto no primeiro trimestre 65% dos pedidos tiveram acesso concedido, no segundo trimestre este tipo de resposta ficou com uma fatia menor (46% em abril, 41% em maio e 44% em junho). O que aumentou, no entanto, não foi percentual de pedidos com acesso negado – que se manteve no mesmo patamar em todo o semestre -, mas os pedidos que tiveram como resposta "Encaminhamento para o e-Ouv" e "Não se trata de solicitação de informação".

À frente, neste comunicado, ficará claro que esse aumento foi influenciado pelos pedidos relacionados ao novo coronavírus, que tiveram um padrão de resposta muito diferente do que normalmente se observa nos pedidos feitos via Lei de Acesso à Informação. Nos dois últimos meses observados, quase 80% deles foram encaminhados para o sistema de ouvidorias ou não considerados como uma solicitação de informação.

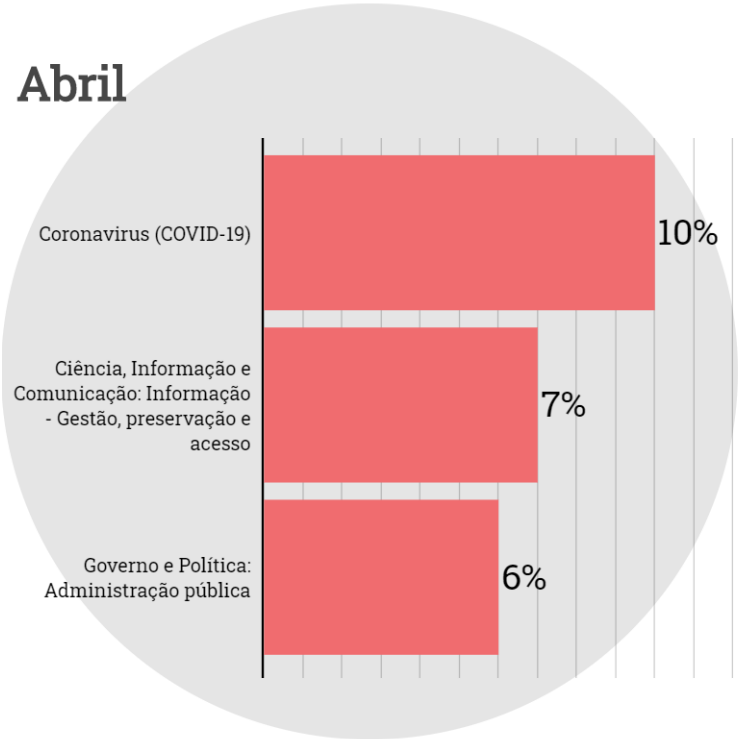
Categorias mais demandadas

Todos os pedidos de acesso à informação feitos via LAI são categorizados em grandes temas pelos órgãos que os recebem. No dia 11 de março de 2020, houve o primeiro pedido registrado em uma nova categoria "Coronavirus (COVID-19)". Recém-criada, esta categoria passou a ocupar o primeiro lugar entre os pedidos feitos à administração pública federal nos meses de abril, maio e junho (respondeu por 10%, 14% e 13% do total, respectivamente). Neste momento ocorre uma queda da categoria "Governo e Política: Administração Pública", que representava 15% dos pedidos no primeiro trimestre e passou a 6% nos meses do segundo trimestre.

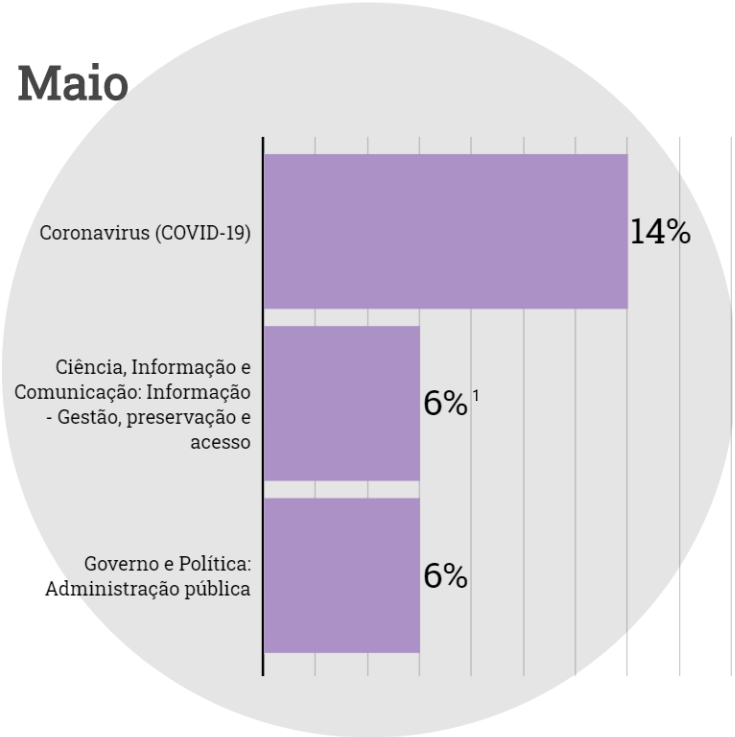
Veja as três categorias mais demandadas nos períodos observados pela pesquisa:



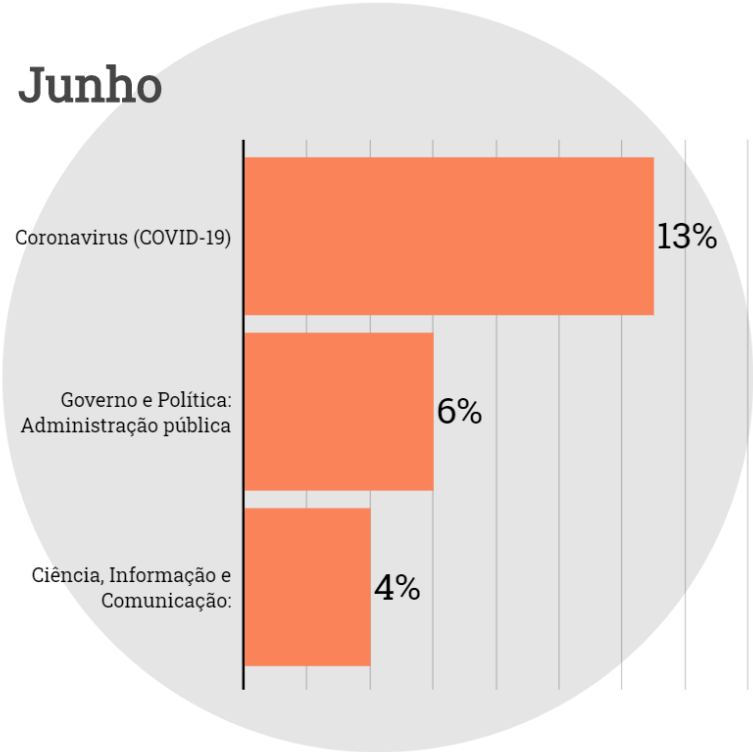
Fonte: Autoria própria (2020).



Fonte: Autoria própria (2020).



Fonte: Autoria própria (2020).

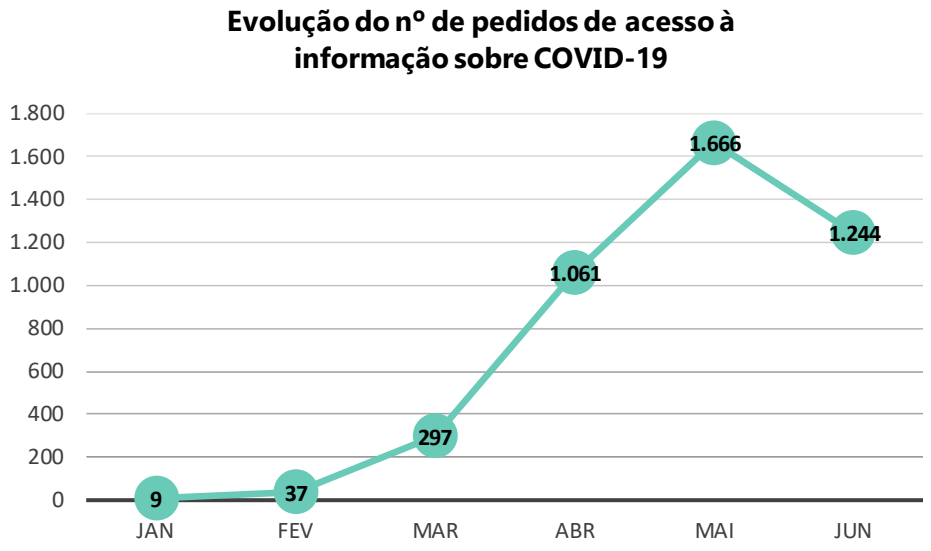


Fonte: Autoria própria (2020).

Covid-19: pedidos de acesso

Analisando a base de dados em formato aberto disponibilizada pela Controladoria-Geral da União (CGU), em que estão registrados e detalhados os pedidos atendidos e sem restrição de sigilo, vê-se que o primeiro pedido de acesso à informação sobre o novo coronavírus foi recebido pela administração pública federal ainda em janeiro. As solicitações sobre o tema, no entanto, começam a crescer em março e chegam ao pico em maio, quando foram localizados 1.666 pedidos classificados como "Coronavirus (COVID-19)" pelo governo federal e/ou com os termos "corona" e/ou "covid" no texto da pergunta. Em maio, esses pedidos representaram 8,9% do total recebido, o maior percentual do semestre.

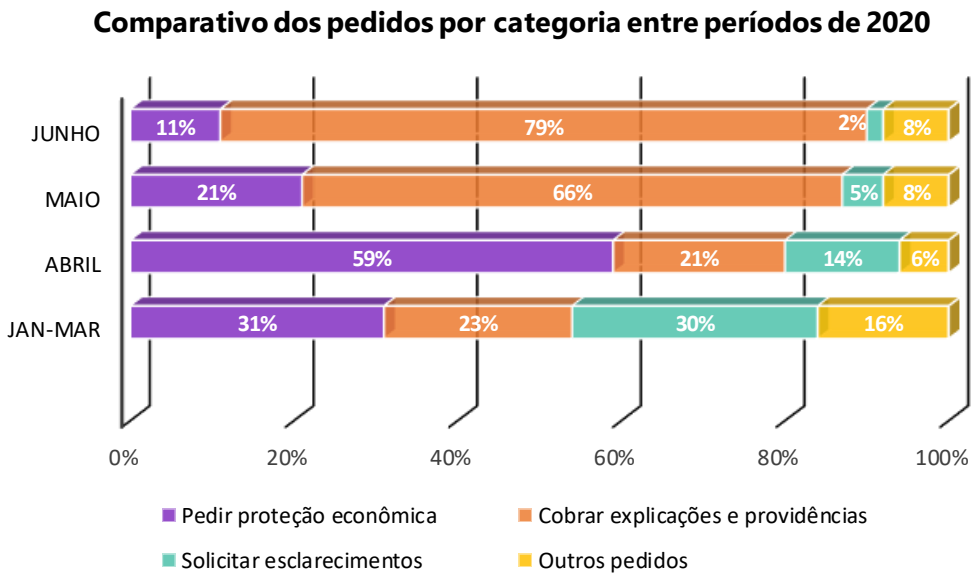
[1] **Errata:** No Comunicado 3 da pesquisa, a categoria "Ciência, Informação e Comunicação: Informação – Gestão, preservação e acesso foi reportada como responsável por 10% do total de pedidos, quando o correto é 6%.



No primeiro trimestre, todos os 343 pedidos relacionados ao novo coronavírus foram lidos e analisados pela equipe de pesquisadores. A partir de abril, foram selecionadas amostras aleatórias, estratificadas proporcionais, com confiabilidade de 95% e margem de erro de 6%.

Aplicando a metodologia de análise de conteúdo e interpretando a finalidade da pergunta, foram identificados três fortes tônicas nos pedidos sobre Covid-19 vindos da sociedade, que foram agrupados em três categorias: solicitar esclarecimentos, cobrar explicações e providências e pedir proteção econômica. Foi criado, ainda, um grupo complementar, com assuntos diversos (Outros pedidos).

A distribuição de cada categoria ao longo dos primeiros seis meses de 2020 pode ser vista no gráfico abaixo:



Fonte: Autoria própria (2020).

No primeiro trimestre do ano, observa-se um equilíbrio entre as categorias "Solicitar esclarecimentos" e "Cobrar explicações e providências". No primeiro caso, a incidência vai diminuindo durante os meses seguintes, indicando possivelmente maior convivência da população com a nova situação. No segundo caso, o movimento foi ao contrário, crescente.

Em abril, à medida que a emergência de saúde pública e a crise econômica foram se acentuando, o e-SIC foi se tornando um canal utilizado pela população carente para obter o auxílio emergencial de R$600,00. O resultado foi que 59% dos pedidos de informação foram relativos à "Pedir proteção econômica.

No mês seguinte, maio, a quantidade de pedidos relacionadas à "Cobrar explicações e providências", dá um salto. Se no trimestre inicial a categoria abarcava pedidos relativos à *accountability* e transparência das ações de governo[2], agora há uma mudança de tônica na cobrança de explicações: são questionados os motivos das negativas individuais de concessão do auxílio emergencial e denunciados erros nos cadastros e bases de dados do governo em que se baseia sua concessão.

Em junho, a categoria "Cobrar explicações e providências" chega a atingir quase 80% dos pedidos de informação, passando a abarcar, também, cobranças relativas a denúncias de irregularidades no recebimento do auxílio emergencial[3].

As nuvens de palavras abaixo ilustram os termos mais usuais nos pedidos relacionados à Covid no primeiro trimestre do ano, e no segundo trimestre, quando já se tinha, de fato, um quadro estabelecido de emergência de saúde pública e paralização econômica no país.

Pedidos feitos entre janeiro e março de 2020

Pedidos feitos entre abril e junho de 2020

[2] Entre estes, encontra-se o pedido de acesso aos resultados do exame de Covid do Presidente da República, por exemplo.

[3] No fim de junho, o Ministério da Cidadania criou um passo a passo para devolução. Agora, no site do órgão está disponível o serviço de emissão de Guia de Recolhimento da União para a devolução do auxílio por aquelas pessoas que o receberam o benefício indevidamente.

Trazemos abaixo exemplos de pedidos para cada uma das categorias recebidos em junho de 2020. Nos Comunicados[4] anteriores da pesquisa podem ser lidos exemplos correspondentes aos meses anteriores.

SOLICITAR ESCLARECIMENTOS

Bom dia Gostaria de saber um telefone de contato da policia federal para a retirada de passaporte, no caso a data de entrega está para vencer e não retirei por causa da COVID-19, gostaria de saber se existe procedimento de agendamento para a retirada ou se a data será prorrogada. [...]. **– 17/06/2020 para Departamento de Polícia Federal. Tipo de resposta: Acesso concedido.**

PEDIR PROTEÇÃO ECONÔMICA

Eu não consigo aceitar, está em análise desde abril, e quem fez em maio ter recebido, eu entrei no meu INSS vi um pedido de auxílio doença em 2016 que eu nunca fiz, com uma identidade que não é a minha, se eu não trabalho desde 1989,não recebo nada do governo,não tenho nem casa própria, e nem o que comer nessa pandemia, porque meu auxílio emergêncial está em análise desde 23 de abril? Realmente não dá pra entender. Conheço pessoas de classe média, que o pai ganha 10 mil por mês e o filho da entrada e receber. Que governo é esse? Que ajuda rico e pobre acaba de matar? Quero receber meu auxílio, eu tenho direito. **– 04/06/2020 para Ministério da Cidadania. Tipo de resposta: Encaminhado para o e-Ouv.**

COBRAR EXPLICAÇÕES E PROVIDÊNCIAS

Boa tarde, gostaria da informação de como podemos realizar a denúncia de irregularidades no recebimento de auxilio emergencial do governo? Tem alguma plataforma ou site específico? Como funciona a denúncia, informa-se o nome da pessoa que recebeu o auxilio somente ou pode-se fazer a denúncia de o por quê dessa pessoa ter recebido de forma indevida? **– 07/06/2020 para Ministério da Cidadania. Tipo de resposta: Acesso Concedido.**

OUTROS PEDIDOS

Fiz o cadastro no inicio da pandemia com medo de nao conseguir pagar as contas.Mas depois abriu novamente o comercio os clientes voltaram as vendas comecaram a girar e estou vendo que as contas e tudo esta se encaixando normalmente e eu nao quero mais receber o auxilio emergencial quero deixar para quem necessita e realmente precisa pois quero abrir a mao disto quero meu Cpf limpo **– 15/06/2020 para Ministério da Cidadania. Tipo de resposta: Encaminhado para o e-Ouv.**

[4] Os comunicados anteriores podem ser acessados no site do Observatório de Gestão Pública da Informação, disponível no endereço <http://obgi.org/>.

Órgãos mais demandados

Os pedidos relacionados à Covid-19 foram majoritariamente relacionados ao auxílio emergencial concedido pelo governo aos cidadãos mais vulneráveis. Como reflexo, o Ministério da Cidadania, responsável por conceder o benefício, é, desde abril, o principal destinatário dos pedidos sobre o tema, tendo chegado a concentrar 87% deles em junho.

No primeiro trimestre, o Ministério da Cidadania não aparecia no top 3 de órgãos mais demandados, tendo a maior parte das solicitações sendo destinada ao Ministério da Economia (78%), seguindo pelo INSS (4%) e com BNDES e Ministério da Saúde empatados em terceiro, com 3% para cada.

Órgãos mais demandados em pedidos relacionados ao novo coronavírus

	1º	%	2º	%	3º	%
Jan-mar	Min. Economia	78%	INSS	4%	BNDES e Min. Saúde	3%
Abril	Min. Cidadania	52%	Min. Economia	10%	Min. Saúde	7%
Maio	Min. Cidadania	76%	Min. Saúde	5%	Min. Economia	3%
Junho	Min. Cidadania	87%	Min. Saúde	7%	Dataprev	0,8%

Fonte: Autoria própria (2020).

Análise das respostas aos pedidos de informação

Ao analisar os tipos de respostas fornecidos aos cidadãos nos pedidos relacionados ao novo coronavírus, vê-se, por um lado, que o percentual de acesso negado é baixo em todos os meses. Isso não significa, no entanto, que os cidadãos tiveram pronto acesso às informações que solicitaram. O percentual de pedidos com acesso concedido na verdade diminui ao longo do tempo, ao passo que aumenta a incidência de encaminhamentos para o Sistemas de Ouvidoria do Poder Executivo Federal e de pedidos que não foram considerados solicitações de informação abarcadas pela LAI.

Comparativo dos pedidos relacionados ao novo coronavírus no 1º semestre de 2020

Descrição	2020			
	Janeiro-março	Abril	Maio	Junho
Acesso concedido	44%	26%	18%	16%
Acesso negado	4%	6%	3%	2%
Encaminhamento para o e-Ouv	34%	23%	59%	58%
Não se trata de solicitação de informação	8%	41%	17%	21%
Outros tipos de resposta	10%	4%	3%	3%

Fonte: Autoria própria (2020).

Os primeiros três meses observados são os que tiveram a maior incidência de pedidos com acesso concedido. Como já vimos, foi o período em que predominaram os pedidos categorizados como "Solicitar esclarecimentos". Em abril, 41% das respostas às solicitações referentes ao novo coronavírus foram do tipo "Não se trata de solicitação de informação". Em maio e junho, a administração pública federal passou a majoritariamente dar como resposta a esses pedidos o encaminhamento para o e-Ouv.

Apesar de mais marcante nos dois últimos meses, desde o primeiro Comunicado desta pesquisa, que avaliou os pedidos feitos entre janeiro e março de 2020, notou-se a grande quantidade de encaminhamento para o Sistema de Ouvidorias, indicando a necessidade de uma ampla campanha de esclarecimento sobre "com quem falar" no governo, dependendo do tipo de demanda, o que significa investir na formação da cidadania dos brasileiros.

A repetição deste cenário motivou a equipe de pesquisadores a enviar um pedido de informação à CGU para compreender se os pedidos recebidos pela administração pública pelo e-Ouv contam com uma governança tão sólida quanto aqueles que são encaminhados pelo cidadão via e-SIC, respaldados pela Lei de Acesso à Informação. E, conforme resposta da CGU[5], vê-se que tem prazos maiores para resposta, além da lei que disciplina o atendimento não prever instâncias recursais.

E o que ficou evidente é que, apesar de os cidadãos terem acionado a LAI durante a pandemia para receberem informações, notadamente, sobre o auxílio emergencial, não foi pelo sistema estabelecido para atender a lei que eles receberam as informações que necessitavam.

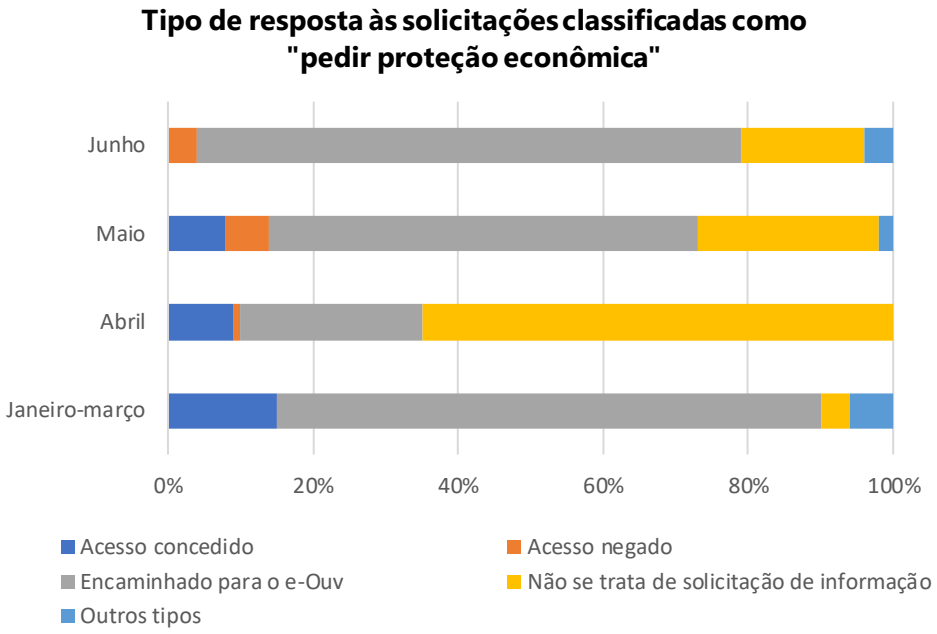
É fundamental, portanto, estar atento à grande quantidade de informações que não têm acesso negado, mas que também não são efetivamente respondidas, pois essa é uma saída que pode levar a uma fragilização da LAI pela estratégia de esvaziamento de sua institucionalidade como instrumento de acesso à informação, regido por valores como transparência e prestação de contas.

Além disso, também pode indicar dificuldades de funcionamento da administração pública e de falta de articulação entre órgãos do governo federal no atendimento à população em uma situação bastante dramática.

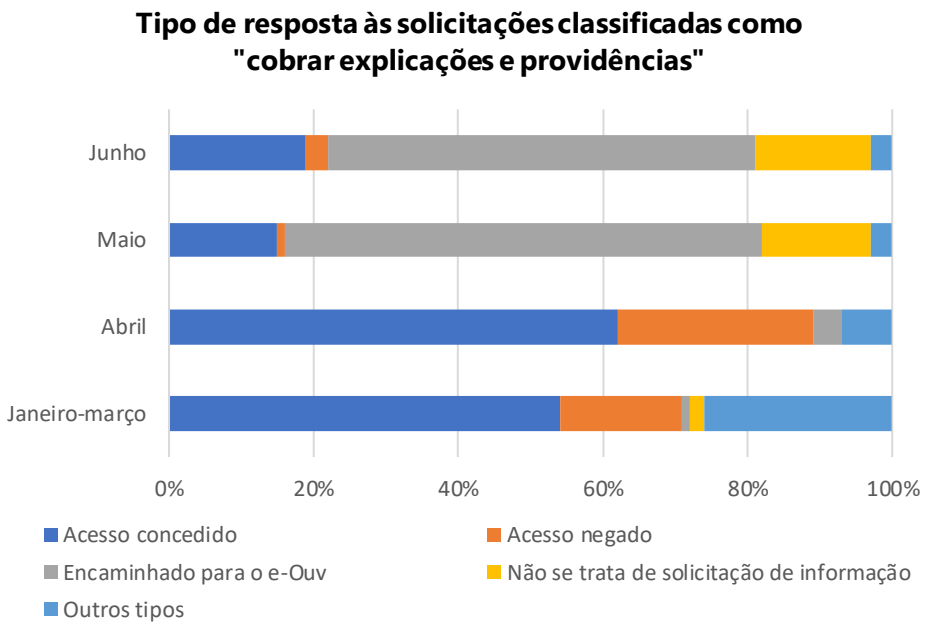
Cruzamento entre categorias de perguntas e tipos de respostas

Analisando todo o semestre, vemos que os pedidos categorizados como "Pedir proteção econômica" tiveram como resposta, em sua maioria, o encaminhamento para o e-Ouv. Em abril, o padrão de distribuição foi diferente, com a maior parte (65%) dos pedidos dessa categoria tendo como resposta "Não se trata de solicitação de informação".

[5] Resposta completa pode ser vista na nota explicativa 3 do Comunicado 2 desta pesquisa. Disponível em <http://obgi.org/wp-content/uploads/2020/05/comunicado_02_VF.pdf>



Em relação aos pedidos categorizados como "Cobrar explicações e providências", o tipo de resposta dado variou bastante ao longo dos meses. Em maio e junho, quando essa categoria passou a abarcar muitas cobranças relativas ao auxílio, o tipo de resposta mais comum mudou de "acesso concedido" para "encaminhado para o e-Ouv". Destaque, também, para o alto percentual (27%) de pedidos desta categoria com acesso negado em abril.



Nenhum pedido classificado como "solicitar esclarecimentos" teve acesso negado. Esta foi a categoria com o maior percentual de pedidos com acesso concedido ao longo dos meses analisados. No entanto, como já discutido, a categoria foi bastante significativa no primeiro trimestre do ano e depois teve o número de pedidos reduzido.

Por fim, a categoria residual "Outros pedidos" teve, em todos os meses, 65% ou mais dos pedidos com acesso concedido ou encaminhamento ao e-Ouv. Os outros tipos de resposta foram menos relevantes.

Conclusões

Os seis meses analisados até aqui transcorreram num país que ultrapassa as 1.000 mortes diárias pelo novo coronavírus, com mais de 100.000 óbitos registrados e cerca de 3 milhões de diagnósticos de Covid-19[6].

No plano político-institucional, crises constantes, a saída do Ministro da Justiça, que era um dos pilares de sustentação do governo, e de dois ministros da Saúde em menos de um mês[7], desnudando um cenário de quebra da governabilidade e incapacidade de governança, com forte desalinhamento entre poder e fonte de legitimidade.

A vertente econômica não é mais animadora: cenário de crise com desemprego chegando a 13,3% em junho[8], de acordo com o IBGE.

Para fechar o panorama, a Lei de Acesso à Informação foi alvo de duas tentativas de mudança em pouco mais de um ano[9] e o Governo Federal registra o pior índice de respostas aos pedidos dos cidadãos da história[10]. Neste contexto, a pesquisa permitiu observar:

- A LAI se firmou como um elemento estruturante da política de transparência. Para buscar assegurar o seu cumprimento, a CGU criou o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), disponibilizado aos órgãos e entidades públicas, que se transformou em um importante canal recorrido pelos cidadãos para se comunicar com o Estado, inclusive – ou sobretudo – no contexto de emergência de saúde pública.
- Em um olhar abrangente para os pedidos de informação, nota-se a grande variedade e complexidade dos canais digitais de interação do governo, sobretudo, para parte da população com carências básicas, inclusive de analfabetismo funcional e educação. Apesar disto, esse segmento mostrou-se atuante nos seus direitos e usuária dos canais;
- Tendo em vista essa realidade, uma ação de transparência ativa ou um esforço para responder os pedidos individuais deveria ter sido prioridade. Se há, por um lado, a popularização do uso da LAI como canal de interação com a administração pública, nota-se também a baixa prioridade política dada à coordenação dos canais de informação e comunicação do governo com a sociedade neste momento crítico.
- Apesar dos esforços em dar respostas efetivas às demandas da sociedade, que parecem indicar um amadurecimento na cultura de prestação pública de contas da burocracia pública federal, a alta incidência de pedidos encaminhados

---

[6] Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-08/covid-19-brasil-registra-106523-mortes-e-327-milhoes-de-casos> Acesso em 15 de agosto de 2020.

[7] Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/15/nelson-teich-pede-demissao-do-governo-bolsonaro.htm> Acesso em 7 de agosto de 2020.

[8] Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?edicao=28382&t=destaques> Acesso em 7 de agosto de 2020.

[9] Em janeiro de 2019, houve proposta de ampliação dos cargos funcionais que poderiam classificar as informações como sigilosas e em abril de 2020, tentativa de ampliação do tempo de resposta às demandas dos cidadãos. Em ambos os casos, as tentativas foram abortadas, pelo contrapeso dos poderes Legislativo e Judiciário e da sociedade civil. Disponível em <(https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/02/apos-derrota-na-camara-bolsonaro-revoga-decreto-que-mudava-lei-de-acesso.shtml> e <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/30/interna_politica,850194/stf-derruba-trechos-de-mp-que-limitava-lei-de-acesso-a-informacao.shtml> Acesso em 7 de agosto de 2020.

[10] Disponível em < https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2020/07/governo-bolsonaro-registra-o-pior-indice-de-respostas-pela-lei-de-acesso-a-informacao-da-historia.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa> Acesso em 7 de agosto de 2020.

para o Sistema de Ouvidorias ou que não foram considerados solicitações de informação trouxeram as já relatadas preocupações sobre a fragilização da LAI por meio de uma estratégica de enfraquecimento de sua institucionalidade.

- Vale ressaltar que esses tipos de respostas, "Não se trata de solicitação de informação" e "Encaminhado para o e-Ouv", foram dados aos pedidos relativos ao novo coronavírus de maneira muito mais acentuada do que aos demais pedidos. Esse foi um comportamento típico do Ministério da Cidadania, que teve como consequência a impossibilidade dos cidadãos receberem respostas tempestivas sobre suas questões.

- A pesquisa também demonstrou como a desarticulação informacional do governo é um problema com implicações concretas para os cidadãos, ao ter deparado com muitos pedidos que diziam respeito a pessoas que teriam direito ao auxílio emergencial mas que não conseguiram recebê-lo por conta de dados desatualizados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), erros em registros administrativos acerca de dados pessoais ou vínculo empregatício e até mesmo a indicação equivocada de óbito.

- Por fim, segundo o IBGE, em junho, 43% dos domicílios receberam auxílio emergencial. Assim, as situações de não recebimento do auxílio não dizem respeito ao alcance do programa, mas apontam para um risco de descrédito da Lei de Acesso à Informação junto à população, enquanto porta de entrada para se manifestar junto ao governo. Da mesma forma, a desarticulação entre bases de dados fragiliza os mecanismos estabelecidos para atender a LAI como instrumentos fundamentais da boa gestão pública da informação.

Nota explicativa

Para o panorama geral da LAI, as informações que constam neste comunicado foram extraídas do "Relatório de Pedidos de Acesso à Informação e Solicitantes", disponível no site do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Para a análise de conteúdo, no entanto, foi necessário consultar a base de dados em formato aberto, que contém o resumo e detalhamento da solicitação feita pelo cidadão, a categoria em que a solicitação foi enquadrada pelo órgão ou entidade que a recebeu e a resposta dada pela administração pública.

Os dados obtidos em ambos variam a depender da data de extração, uma vez que à medida que os pedidos vão sendo respondidos, os números são atualizados. Nesta pesquisa, as extrações foram feitas nas seguintes datas:

» Dados de janeiro a março de 2020: 1º de abril de 2020 (Relatório estatístico e base de dados em formato aberto)
» Dados de abril de 2020: 1º de maio de 2020 (Relatório estatístico e base de dados em formato aberto)
» Dados de maio de 2020: 1º de junho (Relatório estatístico) e 2* de junho (base de dados em formato aberto)
» Dados de junho de 2020: 1º de julho de 2020.

* Neste Comunicado da pesquisa, os dados da base em formato aberto extraídos no dia 01/06/2020 correspondiam aos pedidos realizados até o dia 28/05/2020. Para analisar os dados do mês de maio sem desprezar as informações correspondentes aos três últimos dias do mês de referência (29, 30 e 31), optou-se por extrair os dados no dia 02/06/2020. Desta extração, foram considerados os pedidos realizados até o dia 31/05/2020 e respondidos até a véspera da extração.

Erratas

1) Comunicado 1, p. 10, tabela "Cruzamento de categorias das perguntas com o tipo de resposta", tipo de resposta "Outros" para a categoria "Pedir proteção econômica": onde se lê 9%, leia-se 10%.
2) Comunicado 3, p.3, gráfico "Temas mais demandados em maio": onde se lê 10%, leia-se 6%.

Quem somos

Professora Associada UFRJ, Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação UFRJ/IBICT, Membro da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB) e da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo das Públicas (ANEPCP), Coordenadora do Observatório de Gestão Pública da Informação (obgi.org).

Ana Maria Barcellos Malin

Bianca da Costa Maia Lopes

Doutoranda e mestra em Ciência da Informação pelo PPGCI/UFRJ-IBICT. Graduada em Comunicação Social pela UFRJ e Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Assessora na Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro (SEFAZ-RJ).
E-mail: bianca.lopes@gmail.com

Diogo Luiz de Jesus Moreira

Mestre em Ciência da Informação pelo PPGCI/UFRJ-IBICT. Graduado em Sistemas de Informação pela Universidade de Vassouras. Tecnologista em Saúde Pública na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).
E-mail: diogo.ljm@gmail.com

Josir Cardoso Gomes

Doutorando em Ciência da Informação no PPGCI/UFRJ-IBICT. Possui mestrado em Administração pelo Ibmec/RJ e graduação em Processamento de Dados. Tem experiência na área de Ciência da Computação, com ênfase em Desenvolvimento de Sistemas de Informação.
E-mail: josircg@gmail.com

Lívia Neto Machado

Mestra em Ciência da Informação pelo PPGCI/UFRJ-IBICT. Graduada em Comunicação Social/Jornalismo e Relações Públicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Analista Executiva no Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).
E-mail: livianeto@gmail.com

Marcia Maria Melo Quintslr

Doutoranda e mestra em Ciência da Informação pelo PPGCI/UFRJ-IBICT. Graduada em Matemática pela UFRJ. Tecnologista do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica (IBGE), onde atuou como Diretora de Pesquisas e coordenou estatísticas sobre condições de vida, consumo, trabalho e preços. Preside o Comitê Executivo do Instituto Interamericano de Estatística (IASI).
E-mail: marciameloq@gmail.com

Thiara dos Santos Alves

Doutoranda pelo PPGCI/UFRJ-IBICT. Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduada em História e em Arquivologia pela UFMG. Arquivista no Arquivo Nacional.
E-mail: thialves@yahoo.com.br